

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA  
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA

HEITOR AVELAR SOUSA QUIRINO SILVA

**ESPAÇOS DE DISPUTA NA FORMAÇÃO DAS JUVENTUDES UNIVERSITÁRIAS:  
A INFLUÊNCIA DO TRABALHO, DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO E DO  
MOVIMENTO ESTUDANTIL NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES**

GOIÂNIA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### **1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)**

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Heitor Avelar Sousa Quirino Silva

Título do trabalho: Espaços de disputa na formação das juventudes universitárias: a influência do trabalho, do esporte universitário e do movimento estudantil na construção das identidades

### **2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento**

[ X ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### **Casos de embargo:**

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**

---



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Leonardo Fonseca Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 30/08/2023, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Heitor Avelar Sousa Quirino Silva, Discente**, em 30/08/2023, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3994901** e o código CRC **B9D5D9C4**.

---

HEITOR AVELAR SOUSA QUIRINO SILVA

**ESPAÇOS DE DISPUTA NA FORMAÇÃO DAS JUVENTUDES UNIVERSITÁRIAS:  
A INFLUÊNCIA DO TRABALHO, DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO E DO  
MOVIMENTO ESTUDANTIL NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva

GOIÂNIA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

SILVA, Heitor Avelar S. Q.

Espaços de disputa na formação das juventudes universitárias: a influência do trabalho, do esporte universitário e do movimento estudantil na construção das identidades. [manuscrito] / Heitor Avelar S. Q. SILVA. - 2023.  
L, 50 f.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da SILVA.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD), Educação Física, Cidade de Goiás, 2023.

1. Juventude. 2. Formação universitária. 3. Trabalho . 4. Esporte Universitario. 5. Movimento Estudantil. I. SILVA, Hugo Leonardo Fonseca da, orient. II. Título.

CDU 796



**UFG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Na data de **24/08/2023**, às **15h30min**, de forma **presencial**, na **sala do Práxis**, na **Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás**, iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **“Espaços de disputa na formação das juventudes universitárias: a influência do trabalho, do esporte universitário e do movimento estudantil na construção das identidades”**, de autoria de **Heitor Avelar Sousa Quirino Silva**, do curso de **Educação Física - Licenciatura**, da Faculdade de Educação Física e Dança da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo **Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva - orientador FEFD/UFG** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Lênin Tomazett Garcia - FEFD/UFG** e **Profa. Dra. Amone Inacia Alves - UFG**. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de **10,0 (dez)**, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Lênin Tomazett Garcia, Professor do Magistério Superior**, em 28/08/2023, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Leonardo Fonseca Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 30/08/2023, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amone Inacia Alves, Professora do Magistério Superior**, em 30/08/2023, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3994899** e o código CRC **5B0606F5**.

A colonização prejudicou a manutenção das práticas culturais. Ela destruiu muito a cultura tradicional, que pra mim, era uma cultura positiva: ela englobava o valor da partilha, o valor de acolher, o valor de se abrir ao próximo. Acredito que o que a modernização trouxe foi esse pensamento individualista.

(Aminatou Sar)

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho só foi possível graças aos milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que financiam nossa formação; ao movimento estudantil que me direcionou ao projeto revolucionário socialista e a uma formação cultural crítica; aos meus Orixás, que me guiam e me protegem; à minha mãe Romenia em nome dos meus familiares à minha esposa Vitória que tanto me apoiaram nessa jornada; e ao meu orientador e camarada Hugo, que dentre tantos ensinamentos em sala de aula e fora dela inspirou a mim e a tantos outros a lutarem por um mundo menos desigual sem abaixar a cabeça quando se enfrenta as forças hegemônicas.

## RESUMO

Este trabalho monográfico tem como objetivo compreender elementos que interpõem o processo de formação de jovens estudantes universitários brasileiros, a partir do seu lugar de classe em espaços onde há o protagonismo juvenil como potencializador para a reprodução ou questionamento das tendências hegemônicas culturais, a saber: o esporte universitário, principalmente a partir das Associações de Atléticas Acadêmicas, e o Movimento Estudantil. Para isso, desde uma aproximação ao método dialético materialista, realizamos uma pesquisa exploratória do tipo bibliográfica. Entre os principais autores selecionados para relacionar os diferentes conceitos e categorias com uma teoria da juventude temos Luis Antonio Groppo (2016), Marialice Foracchi (1977), Antonio Joaquim Severino (2013), Demerval Saviani (2007), Marilena Chaui (2003) e Valter Bratch (2005). Como resultados, podemos perceber que o sujeito adaptado nesse processo, tal qual o jovem estudante, está posicionado a partir da crise capitalista no campo social, e irá reproduzir ou contestar as tendências de acordo com suas referências adquiridas no processo de formação identitária. Ao se expressar coletivamente enquanto agente de reprodução cultural vemos que a potencialidade assumida por esse movimento identitário pode ser alienada e voltada para a reprodução da lógica hegemônica tal qual o consumo, o lucro e a competição, como vemos nas AAA's; bem como pode estar atrelado à defesa da luta da classe trabalhadora reivindicando direitos históricos e uma formação crítica e emancipatória, como vemos no ME.

**Palavras-chave:** Juventudes. Universidade. Formação. Trabalho. Esporte universitário. Associação de Atléticas Acadêmicas, Movimento Estudantil.

## ABSTRACT

This monographic work aims to understand elements that interpose the education process of young Brazilian university students, from their class position in spaces where there is youth protagonism as a potential for the reproduction or questioning of cultural hegemonic tendencies, namely: the university sports, mainly from the Associations of Academic Athletics, and the Student Movement. For this, from an approach to the materialist dialectical method, we carried out an exploratory research of the bibliographic type. Among the main authors selected to relate the different concepts and categories with a theory of youth are Luis Antonio Groppo (2016), Marialice Foracchi (1977), Antonio Joaquim Severino (2013), Demerval Saviani (2007), Marilena Chaui (2003) and Valter Bratch (2005). As a result, we can see that the subject adapted in this process, like the young student, is positioned from the capitalist crisis in the social field, and will reproduce or challenge the trends according to their references acquired in the process of identity formation. By expressing itself collectively as an agent of cultural reproduction, we see that the potential assumed by this identity movement can be alienated and turned to the reproduction of the hegemonic logic such as consumption, profit and competition, as we see in the AAA's; as well as it may be linked to the defense of the struggle of the working class, claiming historical rights and a critical and emancipatory formation, as we see in the SM.

**Keywords:** Youth. University. Education. Labor. College sport. Association of Academic Athletics, Student Movement.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1: JUVENTUDE, UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 2: JOVENS UNIVERSITÁRIOS E MEDIAÇÕES FORMATIVAS: TRABALHO, ESPORTE UNIVERSITÁRIO E MILITÂNCIA ESTUDANTIL.....</b>	<b>25</b>
2.1 Juventude universitária e trabalho .....	27
2.2 Juventude universitária e esporte universitário.....	31
2.3 Juventude universitária e movimento estudantil.....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir de questões decorrentes de encontros e debates ocorridos nos espaços universitários acerca de estudos que trataram da relevância do papel das juventudes nas sociedades, bem como sua formação e as influências que as juventudes exercem na dinâmica capitalista. Isso porque assim como muitos jovens trabalhadores que ingressam no ensino superior na esperança de ascenderem socialmente e melhorarem sua qualidade de vida, estou me formando na universidade e sou um dos jovens trabalhadores que viveram intensamente os diferentes espaços que compõem a nossa formação.

Foi organizando e participando de encontros nacionais e regionais de educação, bem como fóruns de debate dentro e fora das universidades; organizando o movimento estudantil ativamente em suas instâncias de deliberação e através dos movimentos de juventude, participando de grupos de pesquisas e grupos de debates, eventos culturais e esportivos, que estive me formando e vi tantos jovens se formarem. Nesse caminho pude perceber como são amplas as possibilidades de socialização e formação das juventudes e como é potente a sua intervenção na sociedade.

Tantas experiências me trouxeram a esse caminho de pesquisa que pretende somar para mais uma etapa da minha formação e projetar um futuro de contribuição para a pesquisa em juventude. Portanto, tomamos como disparador inicial para a pesquisa essa instigante vivência própria, mas com desejo de torná-la coletivizada, buscamos desenvolver este trabalho partindo para o diálogo com o que há de produções significativas nesse campo, realizando um recorte através de uma chave de leitura que tomou por base os conceitos de juventudes, formação, trabalho e universidade.

Entendemos que os estudos cuja teoria central e objeto de análise são a juventude têm aumentado nas últimas décadas, registrando fatos relevantes para o entendimento da formação identitária de grupos e sujeitos jovens. Apesar de ainda serem poucas as produções de pesquisas nessa área, os horizontes apontam para um desenvolvimento qualitativo dos conceitos e categorias que se relacionam com a mesma, oferecendo novas perspectivas e possibilidades de leitura do contexto que nos cerca.

Esse estudo possui caráter exploratório, pois busca conhecer e ampliar as discussões sobre juventude e sua atuação social a partir da formação universitária e daí ampliar nosso olhar para outras categorias que, ao nosso entender, estavam vinculadas a esse tema, tais como – trabalho, universidade, esporte e movimento estudantil. Como apresenta Gil (2002):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.” (GIL, 2002, p. 41).

Optamos por realizar uma pesquisa de caráter bibliográfico, construída a partir da seleção de autores/as que abordam a questão social da juventude numa perspectiva que vai além das noções fragmentadas dessa categoria - com a proposta de um fundamento crítico e dialético para uma definição de conceitos.

As obras e textos selecionados foram considerados relevantes para abordar as categorias escolhidas, bem como dialogavam com o método escolhido para as análises aqui desenvolvidas, o materialismo histórico dialético. Entre os principais autores para o embasamento teórico sobre juventudes escolhemos Luis Antonio Groppo (2016) e Marialice Foracchi (1977). Indo no mesmo sentido escolhemos Antonio Joaquim Severino (2013), Demerval Saviani (2007) e Marilena Chaui (2003) para o estudo sobre Universidade e Valter Bratch (2005) para tratarmos do esporte. Entre esses e outros seus principais embasamentos assim como os nossos estavam na teoria marxista como também gramsciana.

O resultado foi a seleção de teóricos, artigos, teses de mestrado e doutorado, livros e jornais que proporcionaram o maior número de elementos possíveis para a construção de ideias sobre formação da juventude nas universidades, principalmente a partir de outros temas que consideramos serem exemplos relevantes para a exploração dos casos, como as instituições esportivas e o movimento estudantil.

Outra forma de pensar esse tema se conecta bem nas palavras de um dos principais trabalhos selecionados. David (2014) propõe que:

No caso de pensar os jovens e a universidade diante da atual crise estrutural capitalista, marcada pela disjunção entre capital e trabalho, torna-se necessário compreender a forma pela qual esse modelo social produz e recria a crise no sistema social, na educação e na cultura e vice-versa e de que forma os sujeitos-jovem participam da vida cotidiana (na escola e cultura) na configuração de seus interesses de formação acadêmica e profissional (DAVID, 2014, p. 46).

Essa relação entre a juventude e sua formação acontece de forma heterogênea baseada nos pilares da sociedade moderna onde a desigualdade material define as condições materiais de existência de cada sujeito. Uma multiplicidade que se mostrou potencial para ampliar as pesquisas no campo social e identificar novos elementos que interpõe a formação da sociedade.

Assim esse trabalho começa com o primeiro capítulo dedicado à aproximação das categorias selecionadas que levam a algum entendimento da construção identitária da

juventude, tais quais juventude, formação e universidade. Nesse capítulo o objetivo é dar um parâmetro geral e histórico das categorias, situando-as no campo da superestrutura e apontando para a formação dialética no campo macro e micro da vida em sociedade. Logo apresentamos teóricos e conceitos de juventude para em seguida expor elementos que interpõe sua formação, sendo a universidade um dos principais na modernidade.

Para identificarmos os processos formação do sujeito na universidade partimos de um paralelo com o surgimento da educação e do trabalho na ontologia do ser humano até chegar nos dias de hoje onde as universidades representam espaços extremamente importantes para o desenvolvimento da ciência e da formação de trabalhadores qualificados, intelectuais, para atuarem em campos específicos de trabalho. Nesse contexto percebemos que as juventudes adentram as universidades brasileiras com diferentes objetivos e condições objetivas de apropriação e educação, se formando a partir das tendências hegemônicas e da sua própria atuação em diferentes espaços, onde se apresenta como um movimento contestador da crise no capitalismo, e da crise das universidades a posteriori.

Para seguirmos identificando essas juventudes no contexto universitário propusemos no segundo capítulo um pequeno apanhado de conceitos baseados em Gramsci (1982). Assim pudemos entender a manifestação de determinados símbolos culturais em diferentes blocos-históricos e como o capitalismo constitui hegemonia no campo cultural a partir do trabalho de intelectuais vinculados a classe burguesa. Essa visão nos permitiu complexificar a análise de uma juventude que se apresenta em sua maioria trabalhadora e interage com o projeto hegemônico universitário em vias de questioná-lo, mas também de construí-lo. Essas juventudes influenciam a própria formação ao construir caminhos com possibilidades de experiências que contestam os padrões impostos, quando se alia a classe trabalhadora para defender um projeto classista de universidade, bem como quando reproduz as tendências do grande capital ao se inserir na dinâmica de exploração do trabalho visando o lucro e a reprodução das contradições no campo social.

Os subtítulos que compõe o segundo capítulo seguem nessa perspectiva de analisar como essas contradições atuam na formação das juventudes como também qual papel assumem as juventudes que se formam nesse processo, e quais são suas possibilidades de práxis em contextos específicos, tais quais a participação no esporte universitário, com destaque para as Associações de Atléticas Acadêmicas e o Movimento estudantil.

Longe de esgotarmos as análises possíveis para esse tema encontramos particularidades na atuação das juventudes enquanto protagonistas de pautas ligadas a sua formação de maneira a potencializar as questões e contradições que as envolvem. Em alguns casos como os grandes

eventos realizados pelas atléticas, em parceria com o estado, vimos como as juventudes podem ser um grande catalizador do lucro ligado ao esporte espetáculo e à promoção do esporte de rendimento dentro das instituições de ensino. Em outros casos, como as grandes jornadas do movimento estudantil, percebemos como a juventude pode potencializar e renovar a luta da classe trabalhadora, protagonizando grandes movimentos de massas em defesas de pautas classistas.

Por fim concluímos que a juventude que disputa é também disputada na dinâmica capitalista de formação dentro das universidades produzindo um sujeito adaptado que a depender das suas condições de classe irá atuar contestando e reforçando as contradições capitalistas. Pelos motivos apontados, nos parece ser cada vez mais importante os estudos ligados às juventudes que se preocupem com a formação desses intelectuais que se vincularam às suas classes para pensarem um projeto de sociedade na qual estarão inseridos a partir dessa dinâmica dialética.

## **CAPÍTULO 1: JUVENTUDE, UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO**

Para construção de nosso estudo e fundamentação de nossa hipótese, nos propomos a trabalhar com as categorias juventude, educação universitária, trabalho, esporte e movimento estudantil, as quais têm suas identificações no campo da superestrutura, entendida aqui, na perspectiva gramsciana, como o modo de reprodução e processo de cimentação ideológica das classes sociais no interior da estrutura capitalista. Logo, se vamos pensar nos elementos que compõem a identidade da juventude, a partir de um viés marxista, precisamos estabelecer a relação existente entre essas categorias e a constituição histórica do ser humano, a saber, numa visão dialética.

Iniciamos buscando entender quem é o jovem, quando e como essa categoria começou a ser vista e estudada de maneira particular, individualizada, pensada a partir de suas próprias demandas. Nesse percurso, verificamos que o estudo sobre juventude é algo recente, pois somente em meados do século XVIII, surgiram os primeiros escritos nos grandes centros industriais, onde os jovens eram representados como uma disfuncionalidade no sistema, tendo suas práticas culturais frequentemente ligadas à promiscuidade, comportamento impulsivo, indisciplinado e até ao crime (GROPPO, 2016). Porém foi no século XIX que surgiram as primeiras teorias que, de alguma forma, buscavam descrever a juventude enquanto categoria social. Estas teorias, em sua maioria, mesmo tendo a juventude como objeto de estudo principal, focavam em suas relações com a estrutura social, limitando-se ora a uma visão funcionalista e geracional como socialização secundária, ora como fase da vida biológica e psicológica, com traços particulares de contestação da vida adulta (GROPPO, 2016).

Com os novos arranjos do capitalismo, mediante crises cada vez maiores, a mundialização do capital e os processos de reestruturação da produção, que geraram novas formas de exploração, disseminou-se globalmente a precarização da vida da juventude.

Do final do século XIX para metade do século XX, nos países centrais do capitalismo, a juventude nascia como força contestadora da conjuntura, pois se situava entre os principais grupos afetados pelas mazelas da questão social emergentes em diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo. Tal situação é bastante evidenciada na materialidade crítica das condições de trabalho e consumo decadentes para as maiorias trabalhadoras, sem contar os diferentes contextos de guerra.

As décadas de 1960 e 1970 foram momentos de grande contestação política e cultural da juventude no mundo e um ponto central na formulação teórica para uma definição dialética do que é a juventude em seus aspectos gerais. Isso fez com que o aspecto social e histórico da

categoria juventude ganhasse a atenção entre pesquisadores contemporâneos, sobretudo por causa dos levantes de seus movimentos de contracultura. Foram estudos que passaram a relacionar o aspecto geracional da juventude às correlações de forças contraditórias dadas histórica e socialmente, com destaque para análises do próprio século XX.

No livro “Juventudes: sociologia, cultura e movimentos”, Groppo (2016), para dispor de conceitos dialéticos e tentar localizar e debater sobre as identidades da juventude, resgatou dois autores que deram grandes contribuições para as teorias de juventude. O primeiro deles foi o sociólogo Karl Manheim (1893-1947) que situou a realidade social da juventude, a qual pretendia pesquisar em sua época, como fator constituinte da sua identidade.

Sob uma perspectiva analítica apocalíptica das consequências catastróficas do projeto capitalista, e atento aos movimentos da juventude fascista no começo do século XX, Manheim defendeu que os problemas que a juventude - enquanto identidade social- enfrentava, estavam relacionados diretamente ao projeto liberal e seu modelo fracassado. Segundo esse sociólogo, para as sociedades alcançarem certa estabilidade e seguirem evoluindo, era preciso haver investimento naquilo que o autor chamava de técnicas sociais. Essas técnicas por sua vez seriam práticas e operações com o objetivo de modelar o comportamento humano e as relações sociais:

É amplo o espectro abrangido pelas técnicas sociais, envolvendo, por exemplo, as técnicas militares (que passam a operar com bombas, aviões, gases etc., armas que ameaçavam muito mais pessoas do que outrora o soldado com fuzil), meios de comunicação e transporte de massa (telefone, telégrafo, rádio, ferrovias, veículos motorizados etc., facilitando o controle centralizador do governo, a administração e a concentração de poder para a formação da opinião pública), a educação e as escolas, as diversas Ciências Sociais e do comportamento (como as psicologias, aplicadas, por exemplo, na propaganda política) e serviços sociais (por meio dos quais, as técnicas sociais penetram na vida cotidiana) (GROPPO, 2016, p. 27).

Nesse contexto, juventude seria uma categoria a ser compreendida e dominada pelas ciências e ações políticas, no sentido de prepará-la para a sociedade moderna, a partir de determinadas formas de manipulação. Porém, apesar de ter enxergado a juventude como categoria social, Manheim ainda a descrevia como uma ““unidade de geração”, como realidade social possível de emergir pelo compartilhar coletivo de uma experiência “natural””(GROPPO, 2016, p.11 grifos do autor). Além disso, Manheim estava mais preocupado “com as crises no mundo valorativo e moral” (GROPPO, 2016, p.30) e relacionava o mal manejo das técnicas sociais como o principal problema de formação da juventude, sem considerar o que representava toda a estrutura e superestrutura capitalista para os arranjos históricos, sociais e para as categorias sociais que existem e se relacionam com a juventude.

Ao apontar a incompletude de Manheim em sua teoria, Groppo (2016) destacou uma autora que veio logo em seguida na linha histórica de produções acadêmicas sobre juventude e superou essas limitações, assumindo grandes teorias de pesquisadores marxistas. Trata-se de Marialice Foracchi (1929 – 1972) que, além de ter reforçado uma visão histórica e social da juventude, encontrou particularidades e universalidades tão próprias da juventude, quanto da juventude brasileira, dos movimentos de juventude e as relacionou com tantas outras categorias sociais, como classe social ou grau de desenvolvimento econômico.

Diferente de Manheim, Foracchi estava diante da virada capitalista para a implementação da ideologia neoliberal. Em meados da década de 1960, o Brasil paralisava em seu processo de industrialização e as ditaduras militar-civil-empresarial tomavam a maioria dos Estados da América Latina. Nessa ocasião o movimento estudantil brasileiro (secundarista e universitário) centralizado na figura da União Nacional dos Estudantes (UNE), protagonizou momentos importantes junto da classe trabalhadora organizada. E, mesmo que, naquele período, a maioria dos estudantes universitários fossem jovens de classe média e suas pautas girassem em torno da democratização ao acesso à Universidade e valorização do trabalho intelectual, a UNE compôs a resistência ao golpe de 1964 incluindo pautas anti-imperialistas na sua ordem de tarefas (MARTINS, 2011).

Todo esse arranjo político virou objeto de análise de Foracchi (1972) na obra *A juventude na sociedade moderna*. Nela a autora se propôs “analisar sociologicamente a rebelião da juventude a partir do movimento estudantil” (FORACCHI, 1972, p. 11). Ou seja, partiu do registro empírico do movimento estudantil para definir um conceito de movimento de juventude.

Ao resgatar o legado marxista de estudos sobre cultura e juventude e correlacionar com a realidade latino-americana, a autora reafirmou a noção de juventude enquanto um produto da história moderna, como um movimento de juventude, como uma parte componente da superestrutura capitalista. Nesse sentido expôs a contradição da juventude que se rebela frente às imposições do mundo adulto e dos problemas da sociedade, mas que é igualmente produto dessa relação dialética. Em outras palavras, a juventude é ora sujeito, ora objeto, abrindo bases para investigar as potencialidades desse movimento na relação com outras categorias sociais.

Em suma, como coloca Weisheimer (2015), em um editorial sobre a teoria de Foracchi:

Identificou a juventude, simultaneamente, como uma fase de vida, uma força de renovação social e um determinado estilo de existência. O jovem adquiriu feições concretas como ser socialmente dependente em busca de recursos que lhe permita efetivar a conquista da autonomia. Demonstrou que ele vive sua condição juvenil a partir de certa posição na estrutura social, que é propiciada por sua classe de origem,

de tal modo que o conhecimento da juventude pressupõe o reconhecimento de sua situação de classe. Sua compreensão da condição juvenil enfatizou a posição subalterna do jovem face ao adulto e a ambivalência que marca esse processo de transição. Revelou que ao longo dessa transição se efetuam os processos de socialização nos quais se evidencia a construção social do jovem como categoria sociológica. Com isso, revelou como que a juventude, os jovens, os estudantes e o movimento estudantil se constituem categorias sociológicas específicas que trazem as contradições das relações sociais que os constituem (WEISHEIMER, 2015, p. ?).

Em outras palavras, a contribuição mais ou menos geral a partir da pesquisa de Foracchi, foi dizer que a juventude é então um produto das contradições e crises capitalistas, no aspecto geracional, social e político, mediada nas relações no campo da superestrutura, com um arranjo muito parecido e diretamente influenciado pela divisão das classes sociais. Porém não sendo ela uma organização homogênea, nem formada a partir das demandas diretas do modo de produção, não pode por si só implicar em uma mudança estrutural. Trata-se de uma manifestação rebelde, cultural, livre e organizada contra a própria reprodução do sistema capitalista. Uma categoria forjada na potência de uma proposição transformadora e na impotência da impossibilidade de um engendramento revolucionário.

Foracchi (1972) também relacionou o jovem à sua classe e aos seus espaços de socialização. O principal deles e talvez mais relevante para a identificação da juventude enquanto movimento foi a Universidade. Mas para discutir melhor a categoria universidade, antes iremos fazer uma breve retomada histórica do conceito de educação e sua relação com o trabalho, outra categoria que também pretendemos abordar nessa pesquisa. Assim será possível definirmos melhor os processos de formação na sociedade moderna, bem como o papel da universidade como um dos principais espaços de formação das juventudes.

Nesse sentido resgatamos Saviani (2007), que tratou dos conceitos de educação e trabalho, sob uma visão histórica da ontologia do ser. Para apresentar a relação entre esses conceitos enquanto processos de formação, começou remontando os primeiros registros de estruturação da sociedade, quando o trabalho e o processo educativo eram um processo único. Na sociedade comunal “não havia divisão em classes. Tudo era feito em comum. Na unidade aglutinadora da tribo dava-se a apropriação coletiva da terra, constituindo a propriedade tribal na qual os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo.” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Ao tratar da ontologia do ser humano através do trabalho, Saviani (2007) nos mostra como o processo educativo da constituição humana corresponde ao trabalho em primeiro lugar, como principal fonte da formação. Em suas palavras:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p. 154).

É retomando essas bases objetivas e históricas da formação do ser humano que podemos analisar o desenvolvimento dessa relação entre educação e trabalho ao longo do tempo, nas sociedades que se produziram. Como é apontado na obra de Saviani (2007), o surgimento da sociedade de classes separou, em certa medida, o processo educativo do trabalho.

Ao lançar olhar sobre as primeiras civilizações com grandes números de registros históricos, Saviani (2007), reforçou essa cisão entre educação e trabalho a partir das demandas de divisão dos processos de produção, como também vêm apontando muitos pesquisadores marxistas. Nesse caso, quando uma parcela da sociedade passou a possuir a terra, em detrimento de outra maioria que trabalhava para si e para o dono da terra, a educação passou a ser construída de diferentes modos. Em um caso clássico como o da Grécia antiga, a saber, veremos como os cidadãos gregos ligados à polis grega e à posse de terras tinham uma educação e os escravos outra. “A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.” (SAVIANI, 2007, p. 155).

Com o desenvolvimento dos meios de produção e das formas de dominação de diferentes classes através do tempo, a educação seguiu a mesma lógica, apontando para um caráter de formação na oratória e política para os cidadãos (dominadores) e na técnica de produção para os escravos/trabalhadores (dominados). Ou seja, a educação em seu processo de institucionalização, mesmo com suas contradições e graus de ruptura, surgiu para servir e segue servindo a ideologia dominante.

Na modernidade a escola passou a reproduzir então o projeto hegemônico de produção capitalista e se apresentar como o principal espaço de preparação para a vida. Esse projeto por sua vez ganhou impulso com a Revolução Industrial. Naquele momento o modo de produção manufaturado teve parte do seu processo intelectual transferido para as máquinas, que eram inseridas na produção, retirando do trabalhador/operador parte do saber desse processo. Logo, não se fazia mais necessário que os trabalhadores conhecessem todo o processo de produção. Por outro lado, era necessário um conhecimento científico básico, para o manuseio das máquinas, centrado no aprendizado do alfabeto e acessado principalmente na escola. Assim, “a universalização da escola primária promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de

convivência próprias da sociedade moderna. Familiarizando-os com os códigos formais, capacitou-os a integrar o processo produtivo.” (SAVIANI, 2007, p. 159) Ou seja, a escola passou a ser o principal espaço de formação dos sujeitos para o trabalho e para a vida em sociedade.

Se a escola tem esse papel de alfabetizar e fornecer instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado, como nos mostra Saviani (2007), a Universidade é então um lugar ainda mais complexo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento da ciência, tendo a pesquisa, a atividade científica, como o seu principal objeto. Trata-se de um espaço importante para a formação e desenvolvimento da sociedade, especialmente das juventudes que compõem a maioria dos sujeitos em preparação para o trabalho especializado, (reafirmada fundamentalmente na modernidade), onde a pesquisa se torna o principal caminho para a produção e reprodução do conhecimento. Em um de seus trabalhos Severino (2013), destaca o papel da universidade na formação e preparação para a sociedade moderna ocidental

O ensino superior, tal qual se consolidou historicamente, na tradição ocidental, visa atingir três objetivos, que são obviamente articulados entre si. O primeiro objetivo é o da formação de profissionais das diferentes áreas aplicadas, mediante o ensino/aprendizagem de habilidades e competências técnicas; o segundo objetivo é o da formação do cientista mediante a disponibilização dos métodos e conteúdos de conhecimento das diversas especialidades do conhecimento; e o terceiro objetivo é aquele referente à formação do cidadão, pelo estímulo de uma tomada de consciência, por parte do estudante, do sentido de sua existência histórica, pessoal e social.(SEVERINO, 2013, p. 21)

Lançando um olhar histórico sobre a afirmação de Severino (2013), veremos que, assim como a escola básica, a universidade brasileira se consolidou institucionalmente como um espaço democrático e autônomo de formação, mas também, sendo um produto do capitalismo, como espaço de reprodução ideológica e de produção científica a partir das demandas do grande capital. Seu surgimento remonta o período medieval e as disputas de poder que levaram às futuras consolidações dos estados nacionais no ocidente.

A instituição universitária é uma criação específica da civilização ocidental, que teve, nas suas origens, um importante papel unificador da cultura medieval e que, posteriormente, ao longo do século XIX, redefinida em suas atribuições e em seu escopo, exerceu, também, um papel significativo no processo de consolidação dos Estados nacionais.” (MENDONÇA, 2000, p. 131-132)

No artigo “A Universidade no Brasil”, Mendonça (2000), traça um paralelo com outros países, e ilustra as influências jesuítas e portuguesas, centradas na figura da Universidade de Coimbra, que levaram, durante os períodos da Colonização e Império, a criação tardia de

universidades em terras brasileiras. Assim, até a década de 1920 o ensino superior brasileiro viveu essa dinâmica de formação em escolas jesuítas sob forte dependência de Portugal, além da criação de algumas escolas técnicas voltadas para formações específicas.

Esses são alguns dos efeitos em países de capitalismo tardio como o Brasil, onde o projeto de institucionalização do ensino superior ganhou força e investimento somente no século XX, tendo sido bastante influenciado pelas demandas da industrialização, mediante as exigências internacionais de produção - principalmente em contexto de guerra e, posteriormente, do fortalecimento do neoliberalismo no ocidente.

Avançando no tempo, vemos que durante os primeiros governos da República e do Estado Novo, no Brasil, a criação de novas universidades esteve diretamente atrelada ao controle do Estado na formação do ensino superior, em uma tentativa de dar corpo à essas demandas, dentre outros interesses de controle da juventude e do desenvolvimento bélico, (Mendonça, 2000).

Nas décadas seguintes, 1950 e 1960, com a estruturação do Movimento Estudantil e da comunidade científica, bem como com o aumento do populismo<sup>1</sup> e da disputa mundial entre os países capitalistas e socialistas, as universidades cresceram, se diversificaram e passaram por um processo de modernização. Um dos momentos marcantes da expansão universitária nesse período foi o Seminário Nacional de Educação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1961. Como relembra Mendonça (2000).

O Seminário apontava como diretrizes básicas da reforma universitária os seguintes pontos: a democratização da educação em todos os níveis; a abertura da universidade ao povo, através da extensão universitária e dos serviços comunitários; a articulação com os órgãos governamentais, especialmente no interior: a colocação da universidade a serviço das classes desvalidas, prestando-lhes assistência e serviços; a transformação da universidade em “uma trincheira em defesa das reivindicações populares e em gestões junto aos poderes públicos (MENDONÇA, 2000, p. 145).

Nesse mesmo período o neoliberalismo ganhou forças com as grandes crises da década de 1970 e com as novas formas de organização da indústria, notadamente o toyotismo<sup>2</sup> elevando

---

<sup>1</sup> Populismo é um termo utilizado para explicar um conjunto de práticas associadas a políticos, sobretudo da América Latina, durante boa parte do século XX. Com base na definição básica de populismo, o historiador Marcos Napolitano listou as seguintes características: Relação direta e não institucionalizada entre o líder e as massas; Forte nacionalismo econômico e defesa da união das massas; Liderança política baseada no carisma pessoal e na rede de clientelismo; Frágil sistema partidário. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/populismo.htm> (Acesso em 26 de julho de 2023)

<sup>2</sup> Toyotismo é um modelo de produção industrial que surgiu no Japão no final da década de 1970 como uma alternativa ao fordismo e implementado nas fábricas japonesas da Toyota. “O toyotismo é uma “ideologia orgânica” da nova reestruturação produtiva do capital que se dissemina nas empresas e na sociedade burguesa, como define Alves (2008, p 18) que, como ideologia da produção implica cada vez mais a totalidade social, porque ele exige uma forma mais desenvolvida de “captura” da subjetividade da força de trabalho e do trabalho vivo. A

o capitalismo a uma fase especulativa e manipulatória onde a informação e a ciência são mais uma vez grandes potencializadores do lucro. Nessa nova fase, a globalização de grandes empresas e as novas divisões dos processos de produção reservaram aos países de capitalismo periférico os trabalhos que exigem uma formação mais técnica e menos implicada no desenvolvimento amplo do sujeito, seja qual for o projeto de emancipação.

No Brasil, seguindo mais ou menos essa regra, o governo militar investiu na modernização das universidades, implementando cursos de pós graduação e consolidando a carreira docente. Porém, como a crescente demanda por vagas representava um novo mercado de interesse para os capitalistas, a maior parte do incentivo foi para a criação de escolas privadas, que logo tomaram a maioria das vagas do ensino superior.

Em outro estudo, Sguissardi (2015), ao analisar dos dados que representam a expansão universitária no Brasil até os dias atuais, propõe uma hipótese acerca desse movimento de privatização das vagas, para ele

a educação superior, no Brasil, vive um intenso processo de transformação de um direito ou “serviço público” em “serviço comercial” ou mercadoria, isto é, um processo de massificação mercantilizadora que anula as fronteiras entre o público e o privado-mercantil e impede uma efetiva democratização do “subsistema”. Ao menos no nível da graduação (SGUISSARDI, 2015, p. 869 grifos do autor).

Como os interesses do mercado internacional passaram a ser o de preparar tecnicamente os trabalhadores para operar máquinas, sem estabelecer relação ética com a sociedade, suas demandas e seus propósitos de formação, as universidades brasileiras sofreram sucateamento por sucessivos governos e reformas. Chauí (2003) descreve as características que se consolidaram nas instituições de ensino superior a partir desse modelo neoliberal que se tornou tendência na construção das universidades, a qual Chauí (2003) denomina de universidade operacional

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos” (CHAUI, 2003, p.7).

Essas são as características que imperam ainda hoje na universidade, que surgiu com as sucessivas reformas universitárias desde o período da ditadura civil-empresarial-militar

---

construção do “nexo psicofísico” sob o toyotismo assume uma tessitura mais complexa, buscando-se construir o novo consentimento à produção de mercadorias por meio da manipulação intensa da subjetividade (o que explica o alto grau de adoecimento de homens e mulheres que trabalham – adoecimento da mente e do corpo, como sintoma da intensa “captura” da subjetividade.” (ALVES, 2008, p. 10).

brasileira (1964-1985). Enquanto espaço de dominação ideológica burguesa, a lógica operacional abriu caminho para a iniciativa privada com parcerias nas mais diferentes esferas que compõem o ambiente universitário, reforçando a submissão dos espaços de formação à lógica de mercado e precarizando a democratização do acesso e produção da pesquisa.

Nesse contexto, se o ensino superior tem o seu próprio objeto e objetivo como citado por Severino (2013), podemos inferir que boa parte desses objetivos não interessam à indústria e ao capital imperialista, pois enquanto forma profissionais para atender às demandas do mercado, cria nesses profissionais uma carga valorativa da mão de obra e da tomada de consciência que pouco agrada aos capitalistas. Assim entendemos como essa relação entre público e privado no ensino superior é uma relação descompensada onde o lucro da iniciativa privada tende a vir antes do interesse público social.

A relação da formação com as contradições expostas, se apresenta também, no projeto universitário, na exaltação do ensino em desfavor da pesquisa e extensão, onde é tirado da pesquisa parte de sua função ao servir os interesses hegemônicos na disputa externa, como nos alerta Chauí (2003)

Numa organização, portanto, pesquisa não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação (CHAUI, 2003, p.7).

E se a pesquisa é usada como instrumento de fomentação ao lucro, ela abandona os princípios éticos da formação: “Em outras palavras: a absorção do espaço tempo do capital financeiro e do mercado da moda conduzem ao abandono do núcleo fundamental do trabalho universitário, qual seja, a formação.” (CHAUI, 2003, p. 11)

Pensando que a formação não é parte importante do projeto hegemônico que orienta a instituição universidade, podemos compreender, então, que a formação das juventudes estudantis brasileiras tende a acontecer de forma precária e incompleta. Como veremos posteriormente, esses processos de disputa na formação deformam o sujeito a partir do seu lugar de classe e das suas condições históricas, mas apresentam brechas e rupturas que por vezes formam sujeitos críticos com alguma esperança e vontade de alterar as condições objetivas da realidade.

Cabe ainda reforçar que a conseqüente mudança do projeto de uma universidade emancipadora, tende a se tornar inevitável, ampliando-se os arranjos para a efetivação de uma universidade operacional, criando então uma contradição externa ainda maior, que refletirá na forma de disputa, nos arranjos internos das instituições. Como descreve David (2014)

Externos são aqueles baseados nas circunstâncias da própria existência dos sujeitos e sua origem de classe, do modelo socioeconômico, da função do estado e da instituição educacional dentro da sociedade. Os fatores internos têm a ver com as questões pedagógicas, de funcionamento da instituição e do papel político voltado para a formação de intelectuais dentro de uma sociedade que necessita de mudanças (DAVID, 2014, p 273-274).

Para nosso estudo as contradições internas interessam mais, pois nos permitem pensar os efeitos desse projeto de universidade e suas contradições no âmbito da formação, conceito esse que passa a ser até mesmo questionado. E permite também um olhar mais próximo ao sujeito jovem que ingressa no ensino superior com muitas expectativas e se engendra nesse processo sendo agente e produto.

É nos diferentes espaços internos que compõe a universidade operacional que encontramos os efeitos das disputas de ideias contra hegemônicas e da predominância da ideologia capitalista na formação das juventudes, bem como os efeitos das crises e contradições sociais e culturais capitalistas que deformam os sujeitos e os coloca no centro da crise.

Entre esses espaços podemos citar as Atléticas, Empresas Juniores, Programas de Pesquisa e Extensão, Estágios, Conselhos de representantes e Movimento Estudantil. Neles a juventude ganha o papel ativo na elaboração de pesquisa e prática na transformação da sociedade, sendo, por vezes, protagonistas dos movimentos. E em cada um desses, como veremos no próximo capítulo, encontramos diferentes ideias em disputas, confrontando o projeto hegemônico capitalista opressor com ideias progressistas ou até revolucionárias, ou reproduzindo-os.

Esse é um pressuposto que se relaciona com a formação das juventudes que entram para as universidades brasileiras. Para entendermos melhor essa relação entre as formações universitárias e as juventudes estudantis precisamos partir dessa identificação de conceitos abrangendo outras categorias, dialeticamente, até encontrarmos novas nuances e particularidades dos campos de socialização da juventude e de identificação dos sujeitos.

Entender melhor as categorias: juventude, formação, universidade e seus efeitos, bem como suas mediações a partir das interrelações na forma que se manifestam, como nos propomos nesse capítulo, permite lançarmos um olhar ainda mais específico para a obra de Groppo (2016), citada na parte inicial desse estudo e, então, reforçar o interesse em desenvolver um conceito dialético de juventude, como é sua proposta.

Em seu livro, Groppo (2016) renovou essa perspectiva dialética para o conceito de juventude reconhecendo também sua essência geracional, social e política dada no campo da superestrutura a partir da crise capitalista.

Ao lançar olhar sobre a história dessas juventudes reafirmou esse caráter de movimento, como “um percurso dialético, entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia” (GROPPO, 2016, p.15). Ou seja, na prática social a juventude se apoiou em outros modelos de socialização para se firmar enquanto categoria, formando e sendo formada pela superestrutura, ao mesmo tempo em que carregava essa particularidade da contestação como composição. Para reforçarmos essa relevância enquanto movimento de contestação basta voltarmos na historiografia recente onde a luta das juventudes compuseram grandes momentos importantes para a formação da sociedade brasileira, entre eles a resistência armada na ditadura de 64.

Groppo (2016) ainda destacou a importância de não idealizarmos essas juventudes e seus grupos, lançando sobre elas o véu do dogmatismo funcionalista, tentando de forma institucional, ou não, enquadrá-las em um viés naturalizado ou até mesmo pós-moderno, como se a juventude deixasse de “ser uma vivência transitória para ser um estilo de vida identificado ao bem viver consumista.” (GROPPO, 2016, p. 20)

Fica evidenciado, então, os parâmetros que estamos adotando para pesquisar sobre as juventudes e sua formação na Universidade, bem como a importância de mantermos na pesquisa a compreensão das juventudes em seu caráter transitório, permitindo que seja explorada toda sua complexidade e relação com outras categorias sociais em dado momento histórico na produção de pesquisas e práticas sociais, como também reconhecer/considerar que

Trata-se da possibilidade de que os indivíduos e grupos jovens desenvolvam, de modo autônomo, identidades e valores próprios, relativamente ou muito destoantes dos padrões sociais de seu tempo. Trata-se da possibilidade de surgirem revoltas, rebeldias, insatisfações e negações, a partir do que só deveria ser, a princípio, acomodação, socialização tranquila, integração social (GROPPO, 2016, p. 23).

Esse sujeito-jovem que nos propomos lançar um olhar mais atento, baseado nos autores selecionados, não está encerrado por esses trabalhos. Não pode ser entendido também de forma encerrada na superestrutura como uma fase da vida, imóvel e padronizada por questões biológicas e manipuladas por técnicas sociais. Nem está condicionado à relação com outras categorias específicas, tal qual a formação universitária. Sequer se encerrará até antes se desenvolver junto das estruturas capitalistas até o rompimento da malha ideológica e a projeção uma nova sociedade. E essa é sua grande essência como tentamos demonstrar.

Esses sujeitos estão inseridos em movimentos de juventudes, como ainda veremos melhor, que acompanham as tendências e contratendências de sua época e da sociedade em que estão inseridos. Nesse sentido será possível identificar e investigar, com certa precisão, em grande parte dos espaços que reproduzem o projeto capitalista, a atuação e os enviesamentos desses jovens que afetam/formam e são afetadas/deformadas por esse processo.

Entre tropeços e alienações, os movimentos de juventudes tendem a reforçar as tendências estruturais a partir de suas ações no campo da cultura, na maioria das vezes sofrendo grande parte das consequências que acometem seus movimentos. Porém, ainda reservam uma chama que serve também de combustível para seguir contestando as contradições que os afetam, e propondo, principalmente no ambiente universitário, novas formas de se organizar e atuar na sociedade. Em suas considerações finais David (2014) reforçou:

Nesta pesquisa, os dados da realidade revelaram essas contradições e auscultaram as esperanças, ainda que por parte de uma minoria de jovens que entram na universidade, expressando luta, vontade política para vencer e disputa para ocupar um lugar melhor no processo de mudança da realidade social. (DAVID, 2014, p. 265)

Entender suas limitações institucionais e sua potência criadora em diferentes espaços de atuação, em diferentes formas de se organizar, em seus diferentes contextos, grupos e comportamentos individuais, como em um “nó” de determinações e relações é primordial para escrever qualquer trabalho acerca das juventudes. Pois somente assim conseguiremos relacionar os aspectos históricos e dialéticos das manifestações no plano da cultura e seus desdobramentos, mas sempre entendendo que o jovem, aqui em específico o jovem estudante, tem classe e só pode se manifestar a partir dessa condição.

Todos esses apontamentos nos convidam a desenvolver e revisitar outras teorias sobre juventudes, ligadas ao campo da cultura, nas universidades e seus espaços de formação, em vista de entender melhor sua complexidade na contemporaneidade. Isso porque, quão maiores são as crises no capitalismo, maiores também são os desdobramentos reprodutivos dessas crises no campo social. Um exemplo disso são os crescentes índices de desemprego<sup>3</sup> e suicídio<sup>4</sup> entre jovens, medidos pelo IBGE e outros institutos de pesquisas.

---

<sup>3</sup>“O número de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupados [em 2021] chegou a 12,7 milhões em 2021, o equivalente a 25,8% deste grupo etário.” (Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35686-em-2021-pais-tinha-12-7-milhoes-de-jovens-que-nao-estudavam-nem-estavam-ocupados#:~:text=J%C3%A1%20a%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20entre%20os,entre%20os%20grupos%20de%20idade>. Acessado 06 de julho de 2023)

<sup>4</sup>“Entre 2010 e 2019, ocorreram no Brasil 112.230 mortes por suicídio, com um aumento de 43% no número anual de mortes, de 9.454 em 2010, para 13.523 em 2019.” (Disponível em [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_33\\_final.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf) .

Em sua tese, David (2014), ao olhar para a relação da juventude com alguns dos espaços que compõem a universidade, expressou as dimensões das vivências da juventude enquanto tendência de convergência da socialização dos diversos movimentos no contexto universitário:

Aos jovens que ingressaram no ensino superior, resta-lhes a incessante batalha por permanecerem no processo de formação até concluírem seus cursos. Como estão à margem dos processos de consumo de bens instituídos como necessidade segundo a lógica da indústria do consumo e à margem da riqueza cultural no sentido mais elaborado e complexo, restringem-se quase que exclusivamente às experiências ligadas à sua cultura primeira, aos meios disponíveis que circundam as relações do cotidiano familiar, aos amigos (invisíveis) das redes sociais, e, dentro de um contexto de desigualdade, intencionam manter os vínculos com a formação superior na expectativa de se apropriarem da linguagem cultural e científica em dimensões mais complexas do pensamento social (DAVID, 2014, p. 267-269).

Porém, mesmo em um contexto como este descrito por David (2014), surgem contraditoriamente espaços e grupos de resistência, representados por jovens esperançosos e esforçados em viver e transformar sua realidade. Nesses espaços se manifestam as contradições na formação, desde as tendências hegemônicas até as contratendências que são estabelecidas também pelos movimentos de juventudes. Trata-se de uma proposta para um olhar atento para as potencialidades e frustrações da construção dialética das relações entre as juventudes e suas possibilidades de socialização nesses espaços específicos.

Entendemos que as categorias aqui resgatadas servem de base para conhecermos alguns aspectos da formação das juventudes, tanto na observação empírica da produção e afirmação das suas identidades, como através de pesquisas e estudos que se relacionam com esses objetos.

Para isso selecionamos o que acreditamos ser três categorias muito importantes para observarmos essas manifestações, sendo cada uma referente a um tipo diferente de socialização da juventude, com características próprias na relação dialética com o sujeito que ora é produto, ora produtor. As categorias são: trabalho, enquanto categoria fundante da formação que se expressa na condição social à qual esse sujeito tem para assumir; esporte, enquanto projeto de formação e reprodução das demandas do capital e o movimento estudantil, enquanto produto da crise do sistema capitalista manifestada no campo da educação.



## **CAPÍTULO 2: JOVENS UNIVERSITÁRIOS E MEDIAÇÕES FORMATIVAS: TRABALHO, ESPORTE UNIVERSITÁRIO E MILITÂNCIA ESTUDANTIL**

Até agora apresentamos como a juventude, como categoria, surgiu como movimento da crise capitalista no campo da cultura. Para seguirmos identificando as diferentes juventudes em relação a outros espaços e categorias sociais faremos um breve apanhado de conceitos que permeiam a realidade dessas categorias, pois entendemos que nosso objeto é uma categoria heterogênea e ao se manifestar no campo da superestrutura reafirma seu caráter dialético na concepção de sua subjetividade, em movimentos que afirmam e contestam a ideologia dominante. Ou seja, precisamos aprofundar um pouco mais nos conceitos que constituem cultura e outras categorias que se apresentam nesse âmbito e atuam nos processos de formação da sociedade.

Em sua tese, David (2012), ao se propor analisar a juventude universitária, resgata Portelli (1977) para expor uma base de análise dos acontecimentos históricos, a partir do conceito de bloco histórico – unidade relacional entre estrutura e superestrutura, desenvolvido por Gramsci (1982), em que afirma que toda hegemonia, forma de conhecer, intervir e direcionar a realidade, é formadora.

Segundo David (2012), assim como para nós, toda e qualquer sociedade, situada historicamente, possui um “sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar apropriadamente de dominante e eficaz.” (DAVID, 2012, p.111). Para exemplificar essa relação destaca que

a hegemonia constitui então um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas (WILLIAMS, 2011b, p. 53 apud DAVID, 2012, p. 112).

É no contexto desse bloco histórico, marcado por relações de produção capitalistas que pretendemos apresentar como uma ideologia atua hegemonicamente na construção dos processos de formação dos sujeitos jovens, utilizando-se para isso das instituições sociais: igrejas, famílias, escolas, aqui em destaque a universidade. Para tanto retomaremos nossa base metodológica marxista.

Ao relacionar a estrutura social, dada a partir da dependência do modo de produção e trabalho, com a superestrutura ideológica, política e jurídica, Gramsci (1982) identificou certos grupos sociais como responsáveis por agir no campo da superestrutura, criando na cultura

modos de reproduzir as tendências capitalistas estruturais. Esses grupos são formados por intelectuais vinculados organicamente às suas classes. No caso da burguesia, "à medida em que os modos de produção se complexificam, maior é a atuação dos intelectuais na organização da superestrutura ideológica, jurídica e política da sociedade (DAVID, 2012, p.112).

Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham funções intelectuais, logo, a formação do intelectual "orgânico" se daria em diferentes espaços como trabalho, escola, ou mesmo nos sindicatos e partidos políticos. Esses intelectuais teriam grande importância devido ao papel que exercem na construção da hegemonia do grupo ou classe dominante,

os "intelectuais orgânicos" cumprem um papel político estratégico: ao mesmo tempo em que "dão homogeneidade e consciência da própria função" à classe à qual se vinculam (tanto no campo econômico quanto no social e no político), eles atuam no sentido de construir o consenso dos grupos subalternizados em torno da direção da classe dominante, garantindo, assim, a sua hegemonia (SILVA, 2011, p.89).

Dessa forma, entender a relação entre estrutura e superestrutura através dos intelectuais orgânicos das classes, bem como compreender a extensão ideológica dessa atuação, a reprodução de um sistema de valores culturais e as inerentes transições de um bloco histórico para outro, é o que precisamos para identificar a manifestação de determinados símbolos e valores que compõem a cultura em todos os campos de reprodução do sistema capitalista, sendo a universidade um destes espaços de produção/difusão da cultura e crítica ou reprodução do sistema capitalista. Antes é preciso compreender que nesse estudo entendemos que

cultura "significa tudo que é humanamente construído ao invés de naturalmente dado", que "cultura é 'o sistema significante através do qual... uma ordem social é comunicada, reproduzida, experienciada, explorada (WILLIAMS 1992 apud EAGLETON, 2005, p. 53)

Logo, como produto do processo da ação dialética dos intelectuais, temos determinada organização da cultura, difundindo uma lógica que se fortalece na atuação de instâncias jurídicas e consolidada por instituições da sociedade civil.

Porém cabe destacar que essa lógica cultural hegemônica pode também encontrar barreiras e se revolucionar a cada insurgência de ações contraculturais. Nesse contexto a educação assume um importante papel. Diante desse cenário, para Coutinho (2011), a educação

deixa de ser uma simples instância de legitimação do poder dominante para se tornar num campo de lutas entre várias concepções político-ideológicas. [...] No caso das universidades, por exemplo, tornam-se um campo de lutas pela hegemonia cultural de

determinados projetos de conservação ou de transformações da realidade social dando provas de que as lutas de classes se travam também no interior das universidades (COUTINHO, 2011, p. 17- 18).

Assim, sendo as universidades um dos principais espaços de formação de intelectuais e de preparo dos trabalhadores para as demandas do mercado, cabe a nós entendermos que esse é um espaço complexo e dinâmico, espaço de luta e disputa, que se relaciona diretamente com os modos de produção, sua manutenção e/ou mudança, e que abarca uma série de contradições intrínsecas à sua composição objetiva e subjetiva. Desse modo, suas múltiplas determinações e possibilidades de existência se apresentam de forma variada, de acordo com a posição de cada sujeito na ordem social.

Como nosso objeto parte também de um grupo específico, da realidade da juventude licencianda da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob interesse de analisar os elementos que interpõem sua formação universitária, se faz necessário definir o conceito de identidade, para em seguida trazer à baila quem são alguns dos jovens que frequentam as universidades brasileiras e quais suas características gerais e particulares na atualidade. Para isso resgatamos as ponderações de Ronsini (2005)

Em primeiro lugar, entende-se que os processos sociais envolvidos na formação e manutenção da identidade são determinados pela estrutura social, de forma que quanto mais subalterno é o grupo, maior a dificuldade em legitimar ou expressar sua identidade. Em segundo lugar, a identidade não pode ser definida em termos absolutos, mas pela relação contrastiva com outros grupos, a definição de um nós implica o contraste com outros. Em terceiro lugar, ela é utilizada pelo grupo ou pelo indivíduo nas relações sociais de modo a preservar certos interesses em jogo. Em quarto lugar, ela envolve um conjunto de representações coletivas, ideologias e estigmas que são narrados e imaginados. (RONSINI, 2005, p. 122)

Dessa forma entende-se que a construção da identidade é um processo do fazer social, individual e coletivo de cada sujeito que, de acordo com sua vivência, confronta ou abandona parte do repertório disponível ou desejado, portanto construído de forma ampla e complexa. Sendo assim, o ser jovem se constrói cotidianamente no trabalho, na universidade, nos espaços culturais e esportivos, dentre outros.

## **2.1 Juventude universitária e trabalho**

É possível conectar as juventudes universitárias brasileiras ao trabalho em vários aspectos. Isso porque é o trabalho a categoria ontológica do ser social que é manifestada na realidade material, representando a estruturação de todo nosso modo de viver. Em outras

palavras, como os marxistas vêm reafirmando ao longo da história, é através do trabalho que o ser humano se diferencia dos animais, construindo os meios de sua vivência e conseqüentemente a si mesmo, em um processo dialético com o outro, com a natureza e consigo próprio.

Além disso, a juventude que nos propomos analisar é sobretudo trabalhadora e, ao ingressar nas universidades, também o faz por motivo de especialização para o trabalho e, como veremos, o faz enquanto trabalha, enfrentando duplas e até triplas jornadas. Os últimos dados da pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONPRACE), de 2018, revela que 74,8% dos estudantes da UFG têm renda familiar bruta per capita de 0 a 1,5 salário mínimo, e 17,3% de 1,5 a três salários mínimos.

Para atualizarmos esse debate que a sociologia marxista desenvolveu desde o século passado, selecionamos a dissertação de Teles (2021). Teles, além de resgatar temas importantes e grandes teorias ligadas ao trabalho e juventude, traz também uma atualização de dados e estatísticas sociais que se relacionam sobremaneira com nossa proposta de estudo.

Em primeiro lugar se faz necessário pontuar que, se as juventudes universitárias são em grande parte trabalhadora, então as condições de precariedade do trabalho e de classe, também determinam seu modo de viver, incluindo os obstáculos e limitações na formação educacional.

Dados de 2020, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) relatam como a recessão econômica iniciada em 2015 atingiu mais os jovens que os adultos. Como destaca Teles (2021) “A taxa de desemprego para os jovens, que buscavam trabalho e estavam desempregados há mais de um ano, subiu de 29,9% no primeiro trimestre de 2013 para 38,8% nos três primeiros meses de 2018.” (TELES, 2021, p. 61).

Além do desemprego, citado por Teles (2021), outros dados obtidos pela referida pesquisadora junto ao Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), apontam que as grandes jornadas de trabalho e precarização oriunda da informalidade do emprego disponível à juventude, interferem diretamente na escolarização. “Em 2019, a taxa de escolarização para a população de 18 a 24 anos era de 32,4%, com apenas 21,4% no ensino superior e 11% ainda na educação básica.” (TELES, 2021, p. 62) Ou seja confirmam-se os dados do Observatório Participativo da Juventude - 2013, baseado no censo de 2010, de que a juventude se ocupa principalmente do trabalho, em desfavor dos estudos.

Ao defrontarmos os dados apresentados por Teles (2021), com outras pesquisas (FORACCHI, 1977), (COUTINHO, 2011), (DAVID,2012), notamos que uma das formas mais comuns de se analisar a relação juventude universitária e trabalho, é da prevalência do trabalho enquanto necessidade para sobrevivência, frente aos estudos, como meio secundário, de

possibilidade de ascensão social. É importante lembrar que isso também acontece porque na atual dinâmica do capitalismo existe uma divisão entre o trabalho prático/manual e o trabalho teórico/intelectual que se reforça com o desenvolvimento da superestrutura, como apresentado anteriormente nesse estudo.

Nessa perspectiva o trabalho intelectual parece só poder ser praticado por aqueles que dispõem de tempo e acesso a direitos que são negados em grande parte a quem só tem tempo para o trabalho manual. A esse respeito Teles (2021), afirma que

no campo das relações sociais, o saber teórico é cindido do saber prático. Aquele que possui o saber teórico tem vantagem sobre o que tem apenas o conhecimento prático. Também dessa cisão, retira-se do trabalho o lócus da produção de saber, direcionando-o para instituições educacionais e profissionalizantes. Nessas, o saber oferecido por ser desvinculado da prática é estranho à classe trabalhadora e, portanto, dificulta a sua apreensão, levando-os a não reconhecer a sua real necessidade na vida e até mesmo abandonar o ensino regular (TELES, 2021, p. 91).

Porquanto, ao pensarmos no processo de subjetivação através do trabalho e dos estudos, encontraremos uma juventude duplamente golpeada, pois, além de terem suas condições objetivas de formação precarizadas diariamente, não se reconhecem nos processos de socialização e sentem, não raro, que o trabalho é um empecilho e que “dessa forma, o emprego aparece unicamente como expressão de cansaço, sofrimento, falta de tempo, dentre outros significados negativos.” (TELES, 2021, p. 90). Nos questionários aplicados em sua pesquisa, ao questionar sobre os motivos que levam ao trancamento de curso, por exemplo, Teles (2021) encontrou o elemento trabalho entre mais de 20% dos resultados e a dificuldade financeira como o principal motivo para o abandono do curso.

Percebe-se então um movimento de fetichização dos estudos, dada a alienação do trabalhador que não se reconhece no produto do seu trabalho e conseqüentemente não se reconhece no produto da sua formação universitária, marcando uma alienação que se estende da divisão do trabalho manual para a organização do trabalho intelectual. Nas palavras aqui apontadas, Martins (2012) esclareceu como o processo de alienação vinculado ao trabalho manual se inscreveria

o trabalho como *labour*, torna-se estranho ao trabalhador, isto é, converte-se em vias de satisfação e de outras necessidades fora do trabalho, fica na direta dependência do salário e visa, no cotidiano do indivíduo, apenas a sobrevivência particular do sujeito em si. Embora a sociedade contemporânea aponte investimentos para revestir o *labour* com uma aparência agradável, este permanece alienado e empobrecedor do indivíduo (MARTINS, 2012, p. 54-55).

Esse processo de alienação descrito por Martins (2012) reforça a culpabilização do estudante trabalhador, que preso às suas condições materiais de existência e sobrevivência, acaba por não se ver como um estudante universitário, como se houvesse um jeito ideal de fazer um curso de graduação. Logo, podemos constatar que o jovem trabalhador tem o seu processo de formação dificultado em relação ao jovem que se ocupa somente dos estudos. O que nos permite inferir que, nos diferentes espaços que compõe a formação universitária, fica evidenciada a reprodução dessa dinâmica da divisão do trabalho manual e intelectual, do estudante que pensa, se humaniza e daquele que produz seu sustento e da sociedade.

Para irmos adiante, tentamos aderir ao conceito da alienação, das estratificações no acesso aos bens materiais e imateriais e da divisão social do trabalho, bem como através de diferentes exemplos, mensurarmos como a forma do trabalho no capitalismo atravessa todas as estruturas de formação da juventude na universidade.

Em sua dissertação Teles (2021) ao analisar as juventudes universitárias que trabalham no período noturno para conseguir frequentar as atividades do curso que estudam, em turno oposto, reforçou que essa “condição influencia na qualidade de vida desses estudantes, que a universidade não estava preparada para atender as demandas desses estudantes e que nessas condições a permanência com uma formação de qualidade é negada a eles.” (TELES, 2021, p.95). O que se verifica também e de forma mais intensa entre os estudantes dos cursos noturnos, que são em grande parte trabalhadores que têm esse turno como única possibilidade para estudo, e as universidades não apresentam adequação do currículo suficiente para uma formação de qualidade.

Por outro lado, se entendemos que as exigências que recaem sobre os ombros da juventude estudantil trabalhadora são demandas da ideologia hegemônica, abre-se um espaço para análise, com o olhar centrado nessas juventudes, que permite pontuarmos a presença de um esforço de vivência e socialização contra hegemônicos.

Um dos indícios que marca a subjetividade dos estudantes trabalhadores encontrados na pesquisa feita na UFG foi, para além dos fatores negativos, um sentimento de “esperança, formação e enriquecimento da personalidade, além da apropriação de conhecimentos, saberes e novas relações que eles estabeleceram; observou-se certa potencialização, orgulho e segurança.” (TELES, 2021, p. 171). Trata-se da expressão do reconhecimento desses sujeitos que desejam se educar, alcançar novos saberes e novos lugares na sociedade, ainda que isso não signifique a alteração desse estado social. Pois ainda que esse produto gerado seja alienado é produto da formação desse sujeito, e mesmo que não ocorram da forma ideal, configuram novas relações que se estabelecem individual e coletivamente.

Outros indícios, como destacaremos nos próximos capítulos, podem servir de base para analisarmos os processos de formação subjetiva do sujeito a partir de sua classe social no contexto universitário. Esses processos estão inscritos em ações e organizações coletivas no campo da cultura, protagonizadas exclusivamente pelos jovens e dialeticamente apresentados no conflito entre a mediação de adultos, e suas instituições, frente à possibilidade de autonomia, em um movimento que afirma e contesta dialeticamente a realidade dada pela estrutura capitalista.

## **2.2 Juventude universitária e esporte universitário**

O esporte surgiu na Europa por volta do século XVIII e se intensificou como manifestação cultural e parte integrante e complementar às sociedades burguesas, industriais e urbanas, nos séculos XIX e XX, como destaca (Bracht, 2005),

O desenvolvimento e expansão do esporte aconteceu tendo como pano de fundo o processo de modernização dos séculos XIX e XX, processo que compreende industrialização, urbanização, tecnologização dos meios de transporte e comunicação, aumento do tempo livre, surgimento dos sistemas nacionais de ensino etc. Esses aspectos, por sua vez, estão inseridos no processo mais amplo de secularização e racionalização que caracterizam a sociedade moderna (BRACHT, 2005, p. 99).

Logo, se desenvolveu ao longo da história de forma correspondente e análoga aos processos de estruturação hegemônicos de produção e reprodução da divisão social do trabalho consolidadas em seus blocos históricos. Portanto, se relacionou dialeticamente com diferentes classes e categorias sociais, econômicas e políticas e se constituiu enquanto práxis humana, formando e sendo formado pelas demandas de diferentes contextos.

Na modernidade o esporte se manifesta principalmente na forma do rendimento, com organizações reguladoras internacionais e competições mundiais, de acordo com as demandas capitalista de reprodução e manutenção de sua estrutura. Assim

é importante ressaltar que muitos dos elementos característicos da sociedade moderna, no caso capitalista industrial, vão ser incorporados e/ou estão presentes no esporte: orientação para o rendimento e a competição, a cientifização do treinamento, a organização burocrática, a especialização de papéis, a pedagogização e o nacionalismo - este último sendo central para a expansão do esporte promovida pelo movimento olímpico (BRACHT, 2005, p. 100).

Essas demandas serão melhor observadas aqui na atuação do esporte enquanto processo de formação das novas classes burguesa e trabalhadora, bem como na relação profunda que essa

categoria tem com a sociedade através de ideias como as de preparação dos corpos de trabalhadores para a produção nas fábricas, fisiológica e moralmente, e da influência no consumo de materiais esportivos e do esporte espetáculo. Nesse aspecto Bracht (2005) destaca que

esportivizam-se uma série de práticas corporais e logo aproveita-se a possibilidade de explorar comercialmente os eventos esportivos, surgindo o profissionalismo. Na base da questão do profissionalismo/amadorismo está presente o conflito social básico da sociedade capitalista: capital x trabalho. As classes dominantes (burguesia e aristocracia) fizeram da apologia ao amadorismo, uma estratégia de distinção social (BRACHT, 2005, p. 99-100).

Ou seja, o esporte acaba por cumprir múltiplas funções dentro da sociedade capitalista: distinção social; capitalização das práticas esportivas, dos/das atletas e de produtos esportivo.

Cabe dizer ainda que o esporte se consolidou também nos espaços educacionais, como forma escolar e universitária, compondo com as perspectivas de formação desses espaços e ligado à prática do esporte de rendimento e alto rendimento. Para corroborar nossa compreensão tomamos as palavras de Bracht (2005)

O esporte praticado no âmbito da instituição educacional, pode na verdade, vincular-se a uma das duas perspectivas de esporte acima referidas, embora pareça predominar hoje, em maior ou menor grau, as características do esporte de rendimento, ou seja, a manifestação do esporte que ainda fornece o modelo para o esporte escolar é o de alto rendimento (BRACHT, 2005, p. 16).

Nesse breve apanhado histórico das práticas esportivas vemos que cada vez elas ocuparam mais espaços, saindo simplesmente do campo das práticas tradicionais e do lazer, até chegar as escolas, universidades e aos clubes, reservados aos poucos que poderiam pagar para ocupar esses locais e usufruírem de suas benesses, ou mesmo aos processos de profissionalização esportiva, mas sempre permeadas pelo caráter classista da sociedade capitalista.

Em alguns espaços onde há debate sobre a formação crítica do sujeito (como veremos mais adiante nas práxis culturais realizadas pelo movimento estudantil), por exemplo, encontramos práticas esportivas que se apresentam como novas possibilidades de socialização que vão contra a tendência hegemônica. Confirmando, portanto, que o esporte é manifestação da cultura humana que se transforma e se reestrutura através do tempo, a partir de relações dialéticas, que ora contestam a realidade, mas em sua maior parte reafirmam as influências hegemônicas do mercado.

Voltando nosso olhar para o Brasil, seguindo essa lógica do esporte moderno, encontramos o surgimento, desenvolvimento e institucionalização do esporte universitário no início do século XX. Uma de suas principais particularidades é que se trata de uma manifestação esportiva específica do ambiente universitário e voltada aos estudantes do ensino superior. Enquanto prática escolar destaca-se seu papel na formação dos estudantes, bem como uma forma do Estado de controlar a socialização em outros espaços das juventudes. Em um artigo publicado na revista, *Research, Society and Development*, Malagutti, Rojo & Starepravo (2020) ao estudar o esporte universitário, reforçam que as teorias de Elias & Dunning (1992) e Bourdieu (1983)

Elencavam o esporte na universidade como uma manifestação do processo civilizador da época. As regras estipuladas para as disputas esportivas surgiram como uma forma de controlar a violência comum na época, assim como “domesticariam” os jovens e suas vontades. (MALAGUTTI, ROJO & STAREPRAVO, 2020, p. 05)

Como já é sabido, na sociedade capitalista o controle dos indivíduos, em especial dos sujeitos jovens passa também pelo controle de seus corpos e nesse quesito, o esporte se torna um instrumento valioso.

No Brasil essa manifestação destaca uma particularidade na relação com a juventude. Foi a ação estudantil, em conjunto com estudantes intercambistas, que levou o esporte enquanto campo de formação para dentro das universidades paulistas e cariocas. Em outro artigo Pessoa, & Dias (2019), apresentam como o processo de institucionalização e apropriação pelo estado da movimentação civil e estudantil para a prática esportiva universitária, tinham o intuito de reforçar a dominação e determinar os caminhos da fomentação de novas organizações.

Logo nas primeiras décadas do século XX esse esporte universitário incipiente que surgia, ganhou a atenção do estado, com a criação de ministérios e secretarias que visavam aumentar os investimentos na estruturação de um projeto nacional de ensino da prática esportiva. Uma das consequências foi que, em 1941, surgiu o primeiro Decreto-Lei (DL nº 3.617/41) que criou a Confederação Nacional dos Desportos Universitários, que nos anos seguintes estaria submetida às determinações do Conselho Nacional de Desportos (CND). Esses decretos já continham em seus textos referências a outras entidades esportivas, como os clubes que, a saber, representaram os principais fomentadores do ensino do esporte até a ditadura militar-empresarial, bem como as Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's) que se fortaleceram justamente nesse período. Esse fortalecimento pode ter representado tanto um incentivo maior da participação ativa da juventude nesses espaços, assim como no

distanciamento do cenário político e das pautas democráticas. “Tanto que em 1975, por meio da lei n. 6.251, de 8 de outubro, as Associações Atléticas Acadêmicas passaram a representar as instituições de ensino superior, e não mais os cursos isolados.” (STAREPRAVO et. all. 2011, p. 138)

Outro fator para esse movimento de fortalecimento das AAA's foi a dificuldade que o Estado teve em manter investimento adequados nos atletas e estruturas para competições e treinamentos. Em contraposição, as Atléticas apresentavam certa flexibilidade na captação de outras fontes de renda no setor privado e atração do público juvenil. Como veremos adiante, isso levou o esporte universitário para uma prática menos voltada para a socialização dos saberes culturais entre a comunidade universitária, se tornando, sobretudo, uma atividade de caráter consumista e competitiva, fortemente ligada à lógica do espetáculo e do alto rendimento.

Os novos modos de realizar eventos esportivos organizados pelas Atléticas ganharam maior visibilidade na atração da participação de estudantes e geração de lucros no consumo de materiais esportivos e festas. Porém essa atuação tem acontecido dialeticamente com as entidades públicas e, assim como é uma característica das juventudes, apresenta rupturas e contradições. Frente à prevalência do Estado em arrecadar investimentos e maiores participações, podemos destacar a dificuldade em se legitimar como entidade fomentadora de competições oficiais do esporte de rendimento e o problema com o poder público e com a sociedade civil na realização de eventos próprios que incluem festas, como apresenta Malagutti (2015).

Com a virada para o século XXI e o fortalecimento das políticas neoliberais no Brasil, algumas das pesquisas estudadas destacam um grande aumento na participação de empresas e das AAA's nas competições e parcerias firmadas diretamente com as Instituições de Ensino Superior (IES). Esse seria um modelo híbrido de desenvolvimento do esporte universitário o qual perdura até os dias de hoje, onde as competições nacionais e internacionais são produtos da parceria entre o poder público e o privado.

Esses modelos de competição no Brasil não devem ser entendidos de forma estática, pois se reinventam a cada ciclo de demandas da estrutura capitalista, abandonando e aderindo a novas tendências ligadas ao esporte de alto rendimento, ao consumo de materiais esportivos, do esporte espetáculo e à formação nas escolas e universidades. Porém fica evidente o caráter ideológico que predomina na organização do esporte universitário em sua relação com o Estado. Além de fomentar o esporte nas universidades essa estrutura tem entre seus objetivos reproduzir condições favoráveis aos modos de dominação da burguesia, dispondo do acesso à prática

àqueles que tem tempo e dinheiro, enquanto ao grande público resta o consumo de eventos paralelos sem a apropriação e vivência do esporte.

Vemos então que assim como na sociedade o esporte na universidade representa a formação alienada em relação aos conceitos que tangencia como saúde e lazer, bem como a promoção de valores que reforçam a lógica burguesa, de consumo e competição. E as atléticas são movimentos de juventudes que potencializa e se tornam verdadeiros intelectuais orgânicos da burguesia dentro da Universidade.

Cabe ainda lembrar que no universo institucional do esporte universitário encontramos mais a manutenção da reprodução de questões estruturais como o machismo, racismo e a desigualdade de classe, do que uma resistência organizada e disposta a mudar as conformações que oprimem grande parte dos estudantes, ou até mesmo um grande número de pessoas que ascendem socialmente através da prática esportiva universitária profissional, como tem sido veiculado em diferentes mídias<sup>5</sup>.

Se retomarmos a relevância e proporção dos eventos de esporte universitário nos últimos anos veremos que as AAA's e as Ligas Acadêmicas vêm ganhando espaço nas universidades, protagonizando, em muitos lugares, o fomento do esporte associado ao modelo do rendimento. Podemos entender isso enquanto um protagonismo da juventude já que são espaços organizados pelos próprios estudantes, o que mostra como a juventude pode ser uma potência de reprodução das ideias hegemônicas, pois, como buscamos evidenciar, os eventos, além de reforçarem a competitividade, têm entre os principais objetivos as realizações de festas para custear os gastos e gerar lucro para os organizadores e parceiros envolvidos. O que significa que há a prevalência da reprodução da desigualdade social nas competições, em detrimento da perspectiva da emancipação crítica do sujeito a partir da formação esportiva. Além disso as AAA's fazem parcerias com diversas empresas não só na produção de eventos como também no treinamento de outras equipes e na venda de materiais esportivos, o que contrapõe uma ideia de socialização da prática, como apresenta Malagutti (2015).

---

<sup>5</sup>Machismo no esporte: os desafios enfrentados por atletas mulheres dentro e fora das Olimpíadas - Exclusão, desvalorização da categoria, discrepância salarial e sexualização dos corpos são alguns dos problemas ligados à questão de gênero na prática esportiva ( Disponível em <https://ohoje.com/noticia/esporte/n/1327935/t/machismo-no-esporte-os-desafios-enfrentados-por-atletas-mulheres-dentro-e-fora-das-olimpiadas/> Acessado em 08 de junho de 2023). [...] Até mesmo o esporte, que é constantemente palco de manifestações de combate ao preconceito racial e fábrica de ídolos de pele negra, tem visto um crescimento alarmante de casos de racismo. Somente em 2019, os casos de injúria racial no esporte brasileiro cresceram a ponto de atingir o maior índice em cinco anos. Estes dados são do futebol, mas sabemos que as atitudes acontecem em outras modalidades esportivas. ( Disponível em <https://www.uninter.com/noticias/a-triste-realidade-do-preconceito-racial-nos-esportes> . Acessado em 08 de junho de 2023)

Se o esporte é formativo podemos destacar que essa formação nas universidades brasileiras acontece mais no sentido de reforçar práticas alienantes de consumo e competição, do que fomentação da apropriação crítica dos sujeitos da cultura corporal. E essas questões disputam a construção da identidade dos sujeitos jovens que se defrontam com uma mescla de interesses, entre o lucro e a socialização, que não respeitam ou sequer concebem as frustrações decorrentes da relação com as atléticas, enquanto integrante ou consumidor de seus produtos. Paralelamente, e para além disso, sua força e potência de organização coletiva é direcionada para a reprodução das demandas de mercado no meio esportivo, com competições próprias que são questionáveis enquanto processo de formação crítica e social.

Apesar de representarem a reprodução hegemônica e não se configurar como espaço propenso a uma revolução estrutural, o esporte dentro da universidade enquanto espaço de transformação também pode acontecer fora das competições e entrelaçado a outros movimentos de juventude. Nesse caso temos alguns exemplos entre iniciativas individuais, projetos de extensão, parcerias de unidades acadêmicas com a sociedade civil e até mesmo o Movimento Estudantil, em sua vasta contradição. Como exporemos a seguir o ME lutou historicamente contra as tendências hegemônicas em diversos contextos, apostando majoritariamente na construção de uma teoria crítica a cerca dos temas que estamos tratando.

### **2.3 Juventude universitária e movimento estudantil**

Movimentos contestatórios de estudantes nas universidades existem a tanto tempo quanto os surgimentos dessas instituições, mas foi no início do século XX, na transição para a República e na eminência de uma expansão universitária, que o movimento estudantil organizado começou a tomar forma e ganhar relevância no Brasil. Esse foi um momento histórico de contestação de movimentos sociais no mundo todo, inclusive de outros movimentos de juventudes. Porém, foi na década de 1960, especificamente, em que houve grande destaque para as lutas da juventude (Groppo, 2016), fato importante para a identificação desses movimentos na sociologia, como já apresentamos brevemente nesse trabalho.

No Brasil e outros países da América Latina, esses movimentos de juventude estiveram majoritariamente ligados aos movimentos políticos, a exemplo do movimento estudantil que protagonizou grandes mobilizações através de sua maior entidade representativa, a União Nacional dos Estudantes (UNE), entre as décadas de 1960 - 1990. Algumas características como essa são particulares de países de capitalismo periférico e foi identificada juntamente com esses movimentos por Foracchi (1972). Ainda assim cabe destacar que teve grande papel a

comparação com outros países no mundo, principalmente do capitalismo central, para a construção de uma ideia de movimento das juventudes.

O movimento de juventude e o movimento estudantil correspondem a manifestações diferenciais de um estado de crise social, e evidenciam a repercussão dessa situação crítica, no plano das influências socializadoras e da institucionalização da formação intelectual. Referem-se, por conseguinte, na sua gênese, a esferas socioculturais distintas e expressam alternativas singulares de contestação, cujos efeitos sociais são suficientemente diversificados para possibilitar a sua coexistência, resguardando as suas diferenças. [...] Ambos, contudo, compartilham a radicalização da ruptura, a ousadia do questionamento e a esperança do êxito (FORACCHI, 1972, p. 160).

Nesse cenário, podemos inferir que um dos movimentos de juventudes que tiveram maior relevância nas últimas décadas no Brasil e, principalmente, a partir de 1960, é o movimento estudantil. Sua particularidade está nos seus locais de atuação, nas escolas e universidades, na sua forma institucional e autorregulatória de se organizar e no fazer político. Ainda que tão potente em sua forma de ser, o movimento estudantil também se expressa no campo da superestrutura e luta contra forças hegemônicas pela própria existência. A respeito da potência desses movimentos cabe destacar o papel da UNE em grandes momentos da história do Brasil, como a nacionalização do petróleo e a resistência à ditadura-militar-empresarial.

Em 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu o mais importante evento do movimento estudantil brasileiro de 1968, a Passeata dos 100 Mil. Foi uma marcha pacífica de uma multidão formada não só por estudantes, mas pela população da metrópole, com o apoio de diferentes categorias sociais, em destaque as classes médias intelectualizadas (GROPPO, 2016, p. 134).

Além dessa atuação política, o movimento estudantil se manifesta nas universidades a partir das entidades estudantis e seus espaços de disputa, sejam os Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs e DAs), Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e enfim a entidade de maior representação no país, União Nacional dos Estudantes (UNE). Esses espaços de organização de estudantes são também espaços de formação e disputa política contra hegemônica nas decisões ligadas às demandas da sociedade e dos próprios estudantes, seja da classe média ou classe trabalhadora, ligadas aos projetos de educação nas escolas e universidades em todo país.

Nos últimos anos o movimento estudantil tem desempenhado importante papel na luta contra os ataques e cortes feitos pelos sucessivos governos às conquistas históricas na educação, bem como na defesa da autonomia universitária e de um projeto democrático e socialmente referenciado na formação, apontando para a crise que as universidades brasileiras enfrentam.

Isso aconteceu de forma ampla, nos Congressos Nacionais da UNE e das UEEs, nos eventos organizados por cada entidade, na ação direta, manifestações culturais e políticas, e na participação de diferentes espaços de disputas e parcerias com movimentos sociais e operários.

Essas formas de lutar demonstram a relação que o Movimento Estudantil tem com a formação. Além de possuir os seus espaços internos de deliberação e ação social, vemos como desde o seu surgimento, grandes entidades como a UNE tiveram seu desenvolvimento associado às lutas por direitos da classe trabalhadora, bem como e principalmente em defesa de uma formação crítica e democrática nas Universidades. Logo nos seus primeiros anos, durante a segunda guerra a entidade se posicionou contra o nazifascismo. (BITTAR, 2014, p.150) Nos anos seguintes defendeu a luta pela nacionalização do petróleo, e durante o governo de João Goulart, “a entidade compôs a Frente de Mobilização Popular defendendo mudanças sociais profundas, dentre elas, a reforma universitária no contexto das Reformas de Base.” (BITTAR, 2014, p.151).

Um outro exemplo marcante a ser lembrado foi em 2016, onde as entidades estudantis se posicionaram contra o golpe no poder executivo e organizaram movimentos nacionais junto de trabalhadores e outras entidades que culminaram em manifestações com centenas de milhares de pessoas nas ruas em todas as capitais do país, contra a PEC 241 ou EC 55<sup>6</sup>, que congelava o investimento em educação por 20 anos.

Em exemplos mais específicos da disputa ideológica interna na universidade pela formação dos estudantes podemos citar diferentes espaços e ações que são produto dessa luta organizada que vão desde as eleições das entidades, até eventos culturais como palestras, cursos, grupos de pesquisa e encontros.

Um caso a ser citado é o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF). Seu surgimento na década de 1950 se deu pela luta de estudantes que lutavam pela melhora dos investimentos nas estruturas e contra a tendência militar na organização dos cursos de Educação Física no Rio de Janeiro e São Paulo. Na ocasião havia uma tentativa de validação por parte das instituições juntamente com o CNE de que fossem aceitos candidatos com apenas o primeiro ciclo do curso secundário. Os estudantes sem aceitar esse retrocesso se movimentaram junto ao

---

<sup>6</sup> “Enquanto o plenário do Senado discutia a votação da Proposta de Emenda Constitucional 55, milhares de manifestantes, de diversos estados do país, realizaram um ato contra a PEC na Esplanada dos Ministérios e em frente ao Congresso Nacional. A polícia afirma que o protesto contou com 10 mil pessoas, mas a organização estima que o número tenha chegado a 30 mil. No começo da noite, os agentes de segurança dispararam bombas de efeito moral contra a multidão, que se dispersou e recuou ao longo da Esplanada.” (Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/30/manifestantes-protestam-contrapec-55-ato-em-brasilia-termina-em-repressao-policia> acessado em 07 de julho de 2023)

Ministério da Educação e Cultura para barrar esse movimento e exigir a conclusão do segundo ciclo do secundário (FERREIRA, 1995, p. 32).

Com a reconstrução democrática do governo e o retorno à legalidade das entidades de lutas sociais, o MEEF se reestruturou e passou a organizar, mais ou menos de acordo com a luta nacional dos estudantes, encontros e revistas em defesa do ensino e dos direitos dos trabalhadores da Educação Física. O Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF), por exemplo, tem registros de décadas de encontros que compilam a luta em diferentes formas, desde a realização de palestras no formato de mesas, grupos de trabalho e discussão com objetivos de direcionamento às ações do coletivo em diferentes áreas ou até mesmo a práxis de diferentes práticas corporais sem o enviesamento ideológico da competição, do rendimento e do consumo.

Em uma análise da trajetória do MEEF, ao analisar entre suas principais fontes de documentos os cadernos de debates produzidos desde a década de 1990, o autor Brasil (2012) nos mostra como o movimento ao longo dos anos se apropriou das pautas próprias da área e influenciou reforçando e promovendo debates em defesa da formação e dos trabalhadores. Mais precisamente, como essa apropriação se transformou em um posicionamento claro em defesa de uma educação emancipatória e contrária à educação hegemônica, se posicionando a favor da revolução socialista no Brasil.

Contraditório em seus limites, sendo revolucionário no objetivo e na forma de acontecer, o Movimento Estudantil de Educação Física nunca logrou, e nem poderá por si só, êxito total em suas grandes bandeiras, sendo o fim da desigualdade social e racial ou, a revolução socialista. Porém é inegável que esse movimento não só fez coro à resistência em muitos momentos históricos como formou muitos intelectuais que atuaram e seguem atuando pela construção revolucionária da universidade e da sociedade. A luta por um currículo ampliado ao lado de grandes cientistas da área é um exemplo direto dessa relação com a formação. Desde o começo do século XXI a ExNEEF e seus espaços de debates defendem uma prática pedagógica pautada nas abordagens pedagógicas críticas da Educação Física, entre as principais a crítico-superadora (BRASIL, 2012, p. 100).

Todos esses eventos e organizações citados e muitos outros são fatos que comprovam como o movimento estudantil é dinâmico na luta contra hegemônica e só consegue se expressar nos limites de sua contradição, mas sempre em vias de uma construção que rompa o sistema e essas contradições. Ou seja, o movimento estudantil disputa a formação da juventude, principalmente no sentido de reaproximar os intelectuais da classe trabalhadora à defesa de suas pautas diárias e de suas lutas históricas.

A universidade, indiretamente, contribui para o questionamento ou para a preservação da hegemonia social e política dos grupos que monopolizam as decisões do poder. Enquanto instituição, não dispõe de recursos para impedir que tais decisões interfiram sobre sua estrutura interna. O desenvolvimento da sociedade industrial moderna levou a universidade a transformar-se em instituição nuclear ou sede cultural da tecnocruturura, como aponta Galbraith. A contrapartida dessa transformação é o movimento estudantil, o poder jovem, potência nova que, desconhecendo sua força, recria, na imaginação e na utopia, a práxis de um mundo que apenas se esboça. (FORACCHI, 1972, p. 163).

Essas constatações não permitem uma avaliação propositiva e objetiva a respeito da relevância do papel que o Movimento Estudantil tem para a formação da identidade da juventude. Cabe a nós então apenas apontar alguns caminhos que constituem essas relações que formam diferentes sujeitos em seus diferentes contextos e esforços de ser. E apesar de precisarmos ir além nas pesquisas para debater a formação de intelectuais e a influência que tem cada espaço, cabe ainda reforçar que o movimento estudantil é um dos movimentos de juventudes mais expressivos na luta contra hegemônica no Brasil, e isso por si só possui grande relevância ao pensarmos nas disputas de formação dos brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de juventude enquanto categoria social se ampliará à medida que os estudos que o toma como objeto expandirem suas referências em outras categorias da superestrutura, estabelecendo relações dialéticas sólidas entre os acontecimentos históricos e materiais com a formação identitária de sujeitos e grupos, que são agentes e produtos na mesma equação. Porém algumas relações podem e devem ser feitas para entendermos a relevância desse tema para a construção de teorias propositivas acerca dessa categoria.

A primeira delas é que a juventude está identificada por alguns autores como um produto que surge a partir da crise no campo social capitalista, complexificando-se principalmente a partir do século XIX, como um movimento de juventude que contesta e se afirma nas contradições dos modos de reprodução da vida.

A juventude se constitui enquanto categoria móvel e é determinada por diferentes fatores que compõe a sociedade moderna sendo o principal deles as suas condições de classe. Condição essa que irá influenciar toda sua formação ditando possibilidades de vivência e limites na experiência em diferentes espaços que compõe a sociedade.

No contexto de fortalecimento da estrutura capitalista encontramos diferentes instituições que se relacionam diretamente com essas juventudes no intuito de (de)formá-las e controlá-las segundo as lógicas estabelecidas pelo campo hegemônico, na maioria das vezes para que seja um trabalhador “barato” e “alienado” para o mercado. Além disso as juventudes, como pudemos demonstrar neste trabalho, se apresentam como uma grande força potencializadora das pautas hegemônicas, determinante para a influência nas formas de consumir e para a reprodução cultural e econômica capitalista.

Entre as principais instituições que podemos citar, como influentes nessa dinâmica relacional entre formação da juventude e construção da hegemonia capitalista, estão o Estado e a Universidade, e dentro desses espaços, como destacamos nesse trabalho, o Movimento Estudantil e as Associações Atléticas Acadêmicas.

No Brasil pudemos ver como as universidades foram fortemente influenciadas pelo estado, como uma forma de controle da formação da sociedade brasileira, a partir de projetos de desenvolvimento do ensino superior sob demanda do grande capital monopolista. Bem como essas instituições se encontram em profunda crise por cumprirem papéis contraditórios legados aos países de capitalismo periférico. Como os objetivos hegemônicos nessa dinâmica são predominantemente de aumentar os lucros, a formação das juventudes brasileiras fica cada vez mais prejudicada. Isso significa que a crise na universidade brasileira se torna um enorme

obstáculo para a emancipação do intelectual orgânico da classe trabalhadora que a frequenta, aqui em destaque o sujeito jovem.

David (2014) expõe essa juventude representada nos cursos de licenciatura da UFG:

É esse o cenário em que se encontra a maioria dos jovens brasileiros: os empregados deixam de estudar, outros estudam e trabalham, os jovens negros em razão da discriminação social recebem os menores salários, estão nos piores empregos e numa pior situação de escolaridade. Isso sem falar naqueles que abandonam precocemente o processo educacional para se dedicar ao trabalho, ao mundo adultizado em busca de sobrevivência e de realização pessoal e social. Essa foi a realidade que encontramos também junto aos jovens estudantes de nosso estudo, pois eles trabalham, estudam e lutam para continuar estudando e quem sabe concluir o curso de licenciatura na UFG (DAVID, 2014, p. 174).

Ou seja, a realidade da UFG apresentada por David (2014), apesar de parecer ser um recorte da realidade nacional, a representa de forma ampla, demonstrando toda fragilidade e limitações da universidade em seu papel de formação e acessibilidade para as juventudes da classe trabalhadora.

Cabe ainda considerar que, sendo a sociedade dividida em classes que disputam a hegemonia das condições objetivas e subjetivas da sua formação encontramos também nos diferentes espaços que compõe as universidades algumas experiências contra hegemônicas. Essas experiências se expressão em alguns espaços e projetos que compõe a universidade, dentre eles o esporte universitário e o movimento estudantil, mantendo através desses espaços alguma esperança na formação desses sujeitos.

Enquanto o projeto burguês se traduz sob o intuito de dividir e selecionar os intelectuais que irão reforçar suas formas de dominar e lucrar, a classe trabalhadora se organiza coletivamente em espaços de disputa para tentar defender seus direitos e engendrar conquistas que beneficiem sua classe.

Isso ficou melhor ilustrado através alguns exemplos e recortes que fizemos neste trabalho. Esses exemplos formam um laço entre a potencialidade da juventude de reprodução e contestação da cultura e os acontecimentos que formam a superestrutura capitalista.

Um deles, a saber, é a influência que as AAA's têm hoje na organização da juventude em torno de pautas específicas do grande capital esportivo, visando o lucro e reforçando a lógica do esporte espetáculo e do esporte de rendimento. Ao se defrontarem com suas contradições em meio às políticas de esporte do Estado com as Universidades, as Atléticas mobilizam a juventude na realização de eventos esportivos para arrecadar dinheiro, realizando festas, vendendo materiais esportivos, dentre outros. Ao fazerem isso, se aliam de forma acrítica às intenções do estado de controle e promoção do esporte de rendimento, bem como à iniciativa

privada que vê nesses grupos de jovens altamente lucrativos uma oportunidade de se promoverem.

No mesmo contexto, mas em uma outra posição, o movimento estudantil também representa o protagonismo juvenil em torno de pautas que constituem a juventude, assim como a formação esportiva e o lazer. Porém está ligado às questões políticas das universidades brasileiras, de forma contestatória por essência. Esse movimento acompanhou a expansão e desenvolvimento das universidades e se propôs a enfrentar suas contradições e defender um projeto democrático, acessível e socialmente referendado. Entre propostas progressistas e revolucionárias, esse movimento protagonizado pela juventude já se aliou a setores da sociedade e à organizações de trabalhadores em defesa da manutenção e conquista de direitos para a classe trabalhadora e para as universidades, e formou dentre tantos intelectuais, grandes nomes e grupos que lutaram pela justiça e direitos do povo no Brasil.

O sujeito produto dessas relações constatadas é o sujeito adaptado que irá reproduzir em maior ou menor medida, a depender das condições de trabalho e dos espaços de socialização, as tendências hegemônicas, e/ou construir propostas contra hegemônicas. Esses jovens intelectuais em formação irão atuar nos diferentes setores da sociedade e instituições, jurídicas e políticas, reforçando e contestando a cultura hegemônica, enfrentando as crises cíclicas e procurando meios de viver e se constituir nesse processo dialético.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva do capital**: Notas teórico-metodológicas. Campinas: Revista O público e o privado, nº11, p. 9-20. jan/jun. 2008.
- BITTAR, M. Os movimentos estudantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. **EccoS**, São Paulo, n. 34, p. 143-159. maio/ago. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.
- BRATCH, Valter. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- BRASIL, Vinicius de M. **O MEEF e a construção de uma concepção de prática pedagógica**: uma análise a partir dos cadernos de debates. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, nº.24, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DAVID, Nivaldo Antônio N. **A formação de professores na Universidade**: reflexões acerca da cultura, juventude e trabalho docente. (Tese de Doutorado). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2012.
- EAGLETON, Terry. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.
- ELIAS, N., & DUNNING, E. **A busca da Excitação**. Lisboa. Difel. 1992
- FERREIRA, Marcelo G. Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física. **Caderno de Debates**. Movimento Estudantil: História e Perspectivas. Vol. 3. julho/1995.
- FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.
- \_\_\_\_\_. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1977.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.
- GROPPO, Luís Antônio. **Juventudes**: sociologia, cultura e movimentos. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016.
- MALAGUTTI, João Paulo Melleiro; ROJO, Jeferson Roberto; STAREPRAVO, Fernando Augusto. **“O esporte universitário brasileiro: organizações oficiais e as associações atléticas acadêmicas”**. São Paulo: Research, Society and Developmen, 2020.

MALAGUTTI, João Paulo Melleiro. **Esporte ou festa?** Uma análise sobre o subcampo do esporte universitário no Paraná. (Dissertação de mestrado) Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015.

MARTINS, Tatiana Gomes. **Movimento Estudantil, Classe Média e Radicalismo na obra de Marialice Mencarini Foracchi (1929-1972)**. Recife: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 2011.

MARTINS, Ligia Márcia. **Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências**. Campinas: Coleção Educação Contemporânea, 2ºed, Crítica ao fetichismo da individualidade p. 47- 64 .2012

MENDONÇA Ana Walesca P.C. A universidade no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Educação**, nº 14. Mai/ago. 2000

PESSOA, Vitor Lucas de F.; DIAS, Cleber. História do Esporte Universitário no Brasil (1933-1941). Porto Alegre: **Movimento**, v. 25, 2019.

RONSINI, V M. **Identidades culturais**: do global ao local. Covilhã, Ciências da Comunicação- Congresso na Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Campinas: Revista Brasileira de Educação, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação Mercantil; Campinas: **Educ.Soc.**, v.36, nº133, p. 867-889. Out/dez 2015

SILVA, José Santana da. Intelectual orgânico: organizador, educador e dirigente político. **Revista PLURAIS** – Virtual – v. 1, n. 1 - 2011 – p. 84-105

STAREPRAVO, Fernando Augusto; REIS, Leoncio José de Almeida; MEZZADRI, Fernando M.; JUNIOR, Wanderley Marchi; **“Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado”**. Curitiba: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 2011.

TELES, Bethânia M. **Entre o cansaço e a vontade**: o processo de formação da subjetividade dos trabalhadores-estudantes de licenciatura da UFG. (Dissertação de mestrado) Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2021.

WEISHEIMER, Nilson. **Marialice Foracchi e a Formação da Sociologia da Juventude no Brasil**. São Paulo: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 2015a.

\_\_\_\_\_. **O cinquentenário da publicação de “O estudante e a transformação da sociedade brasileira” de Marialice Foracchi**. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2015/09/o-cinquentenario-da-publicacao-de-o-estudante-e-a-transformacao-da-sociedade-brasileira-de-marialice-foracchi-por-nilson-weisheimer/>, 2015b. (Acessado em, 26/04/2023)